

# Contra-hegemonia ou uma nova hegemonia: é possível?

Meire Mathias<sup>1</sup>

## Resumo:

O artigo se refere a apresentação dos primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que tem por objetivo, compreender se está ou não em movimento, a consolidação de um novo instrumento de unidade regional. Trata-se de uma organização regional que representa 33 nações independentes da América Latina e do Caribe e, diferentemente da OEA, não presume a participação dos Estados Unidos e do Canadá. A Comunidade tem como propósito, construir uma integração que leve ao desenvolvimento econômico dos países membros; a reafirmação da soberania dos Estados nacionais; e a erradicação da pobreza. Sob esta perspectiva, nosso estudo tem por finalidade apreender as manifestações da CELAC, tanto no cumprimento de seus desígnios, quanto na demonstração de uma concepção e na condução dos problemas socioeconômicos dos países Latino-Americanos e do Caribe, bem como em relação ao sistema internacional. Do mesmo modo, espera-se contribuir para o entendimento sobre os processos hegemônicos vigentes na ordem internacional contemporânea.

**Palavras chaves:** Hegemonia, América Latina, CELAC.

## Introdução

Contemporaneamente, as relações internacionais permanecem fortemente balizadas pela lógica geopolítica, geoeconômica e pelo desenvolvimento desigual. Nesse sentido, a pesquisa empírica e a teorização das relações entre o sistema de Estados e o capitalismo, talvez, possa elucidar o que existe ou não de novo no *modus operandi* entre Estados e mercado. Assim sendo, ao realizarmos uma discussão voltada para o sentido político-econômico desse processo na América Latina<sup>2</sup>, com enfoque na *Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC)*, procuramos demonstrar que a realidade dos países da região corresponde a uma gama de diversidades de naturezas diversas; bem como, se constitui de desigualdades de ordem econômica, social, política e militar.

Contudo, em meio às questões metodológicas pertinentes a linha investigativa que pretendemos desenvolver, destaca-se a tentativa de ampliação dos limites de pesquisa, bem como inovação na base teórica dos estudos no âmbito das relações internacionais, face o anseio de contemplar as relações Estado x Sociedade Civil; a consideração do caráter ideológico do realismo; e a crítica quanto a apreender o cenário internacional como quadro de ação a-histórico. Nesse sentido, uma das vertentes da teoria crítica mais influente em Relações Internacionais refere-se às considerações de Antonio Gramsci, visto que, a noção de hegemonia no seu pensamento apresenta uma ordem política aceita de maneira passiva, que revela certo consentimento à condução hegemônica. Este aspecto nos auxilia na interpretação da realidade internacional a partir de um ponto de vista distinto. Além disso, em Gramsci,

---

<sup>1</sup>Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente no Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: política externa brasileira, integração regional, América Latina, política internacional.

<sup>2</sup>Nas duas últimas décadas, ganhou força na produção acadêmica o uso da classificação “América do Norte” e “América do Sul”. A primeira correspondente à América do Norte, Caribe e América Central; e a segunda, constituída por 11 países independentes e os territórios da Guiana Francesa e Ilhas Malvinas não independentes. Não obstante, manteremos o uso da expressão “América Latina” por entender que essa denominação aguçava o sentido crítico da reflexão quanto aos temas sócio-econômicos nos países da região.

temos que iniciativas contra-hegemônicas desafiam a hegemonia existente na medida em que originam um bloco histórico alternativo.

### **Hegemonia e processos de integração na América Latina**

Primeiramente, o estudo de política internacional refere-se à observação da estrutura e funcionamento dinâmico do sistema internacional, bem como na consideração das características nacionais e dinâmica das relações entre Estado e sociedade. Sob esse quadrante interpretativo, o pressuposto adotado estabelece a articulação entre política interna e política externa e, com isso, renuncia a tradição de isolar a política externa para proceder à pesquisa; pois, na medida em que se trabalha em separado - as dimensões interna e externa - cria-se uma radicalidade que produz uma visão parcial das relações internacionais.

Um segundo aspecto a ser destacado, refere-se ao nosso distanciamento de interpretações dicotômicas em que, a ordem internacional aparece como exclusivamente competitiva e conflitiva, ou que, inversamente, acredita-se que caminhamos para a consolidação de uma sociedade internacional pacífica e de homogeneidade entre os países e grupos de interesse, grupos sociais e classes. De fato, permanecemos em busca de uma interpretação diferenciada, crítico interpretativa das relações internacionais, e vemos com estima a idéia de conceber o sistema internacional quanto a sua complexidade e contradições em termos cooperação, competição e conflitos entre Estados; entre Atores não estatais; e entre Estados e atores não estatais. Por certo, consideramos ainda que a correlação de forças na arena política internacional dependerá dos recursos, dos interesses e das condições de negociação, assim como, da coerção entre os Atores internacionais, sejam eles estatais ou não.

Na abordagem do sistema internacional do pós-Guerra Fria, é questionável que se trate em separado as decisões políticas tomadas pelos países hegemônicos ou não hegemônicos, das mudanças ocorridas na economia mundial, pois, o processo de internacionalização do capital está associado às relações de poder entre as nações. Este nexos das relações internacionais contribui para a elaboração de concepções do tipo universalizante que, não raro, pautam àqueles argumentos favoráveis à liberalização dos mercados nacionais, intensificação do livre comércio, sujeição às normas e regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Embora países não hegemônicos e em desenvolvimento como Brasil, México, Chile ou Venezuela, possam ocupar posições de maior proeminência no campo econômico, concernente à realidade de interdependência assimétrica, os mesmos continuam a ocupar uma posição relativa na hierarquia de poder do sistema internacional, definida por posições de destaque que ocupam os países hegemônicos.

Em que pese o registro de mudanças em relação à ordem internacional bipolar, o poder das nações continua a ser condição necessária para equilibrar, neutralizar ou evitar a subordinação política e a exploração econômica. Pensar a América Latina neste quadro analítico, significa se dedicar à observação de um cenário em que os processos de integração não apresentam contornos precisos quanto ao desenvolvimento *histórico social*, que segundo Florestan Fernandes, refere-se ao modo pelo qual os Homens transformam socialmente a organização da sociedade (FERNANDES, 1967; p.149). Ao contrário disso, sob a lógica da ordem internacional hegemônica, na região latino americana tende-se a perpetuar o desenvolvimento do tipo *estrutural funcional*, que corresponde à diferenciação das formas de integração da ordem social. (FERNANDES, 1967; p. 150)

Ao procurarmos compreender que o processo de desenvolvimento nacional possui uma tendência supranacional, e nesse campo, os países não hegemônicos ocupam posições desvantajosas, verdadeiramente periféricas, ver-se-á que o problema do desenvolvimento será mais bem apreendido por meio da consideração de um conjunto de nações que estão circunscritas ao mesmo estado das coisas no âmbito da ordem internacional, ainda que, com diferentes possibilidades de realização de seu destino social comum.

Para avançar na análise, é preciso ter em conta que o sistema internacional é o espaço em que se evidencia a hierarquia entre nações, decorrente da diferenciação econômica, política, militar e tecnológica das unidades políticas. Nesse sentido, o atendimento dos interesses das nações desenvolvidas, melhor dizer, hegemônicas, via de regra supera o acolhimento dos interesses das nações em desenvolvimento ou não desenvolvidas, dado o poder de influência dos primeiros junto às instâncias decisórias dos processos internacionais. Não por acaso, a análise do exercício do poder é que nos oferece possibilidades para explicar as relações de subordinação, de ajustamento dependente, bem como de interdependência assimétrica entre os Estados.

No mundo moderno, o poder das nações se coloca como a condição necessária para equilibrar, neutralizar ou evitar a subordinação política e a exploração econômica. Para todo e qualquer país, o poder é condição fundamental garantir a segurança e a soberania nacional, considerando que a riqueza das nações é transitória e sua natureza é passageira. Sob esse prisma, hegemonia significa muito mais que dominação; hegemonia representa um sistema de força material, ideológica e institucional que determina a ordem internacional universalista e, por isso, refere-se a uma ordem consensual que assegura uma relação hegemônica.

A concepção de hegemonia gramsciana, aplicada às relações internacionais, nos permite compreender a arena internacional como um campo de ação política permanente, a partir do qual se estruturam organizações e ações políticas que ultrapassam os limites e o caráter institucional ou corporativo, pois, de fato, refere-se à constituição orgânica de forças políticas. Além da ação política, a hegemonia pressupõe a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade, ao invés de se tentar impor a ideologia com o silêncio das consciências. (COSTA, 2011; p. 61)

A hegemonia, deste modo, é algo que se conquista através da direção política e do consenso, e não exclusivamente pela coerção. O processo de construção da hegemonia dominante, além de agregar instituições, organismos internacionais, burocracias nacionais, relações sociais e idéias, implica em elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes. Bem por isso, em Gramsci, a hegemonia se realiza quando encontra o caminho das mediações, que possibilitará ligações (e acordos) com outras forças políticas e sociais. Segundo o autor sardo,

“o modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão.” (Gramsci, 1984; p. 191)

Isto posto, destaca-se que para o enfrentamento da temática da integração regional é preciso atentar para a complexidade das relações entre Estado e Sociedade Civil, entre a economia e política, entre o plano interno e o externo. Iniciativas como o Mercosul<sup>3</sup> e a *Comunidade Andina* (CAN)<sup>4</sup>, não levaram a uma regionalização em termos de interdependência menos simétrica entre os países do continente, nem o comércio intra-regional alcançou o desempenho esperado pelo mercado e setores privados da economia. Não obstante, cabe apontar, a interdependência assimétrica é característica das relações internacionais, sendo que, no âmbito da integração regional esse aspecto corresponde à existência de maior grau de vulnerabilidade de um dos Estados-parte em determinado setor econômico ou atividade

<sup>3</sup> Mercado Comum do Cone Sul, bloco econômico criado pelo *Tratado de Assunção* em 1991.

<sup>4</sup> A origem da Comunidade Andina (CAN), 1996, refere-se ao Pacto Andino, bloco econômico criado pelo *Acordo de Cartagena*, em 1969.

produtiva. O sentido paradoxal da interdependência, com certeza, acarreta dificuldades ao processo de integração, considerando que serão atingidos os interesses dos grupos sociais e classes que compõem as sociedades envolvidas, porém, mais prejudicados serão os grupos não organizados.

Não por acaso, surgem novas experiências no campo da integração/cooperação regional como, por exemplo, a *Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América/Tratado de Comércio dos Povos* (ALBA-TPC) e a *União de Nações Sul-Americanas* (UNASUL). Pode-se dizer que a ALBA-TPC<sup>5</sup> abarca uma maior institucionalização e uma forte rede de cooperação técnica e financeira, bem como possui uma agenda de discussões políticas mais acentuadas, e diverge do caráter comercial do Mercosul. Trata-se de uma proposta antiimperialista, genuinamente cubana, acolhida com entusiasmo e implementada por iniciativa de Hugo Chavez, que aspira o aprofundamento da concertação entre Venezuela, Cuba, Nicarágua, Bolívia, Dominica, São Vicente e Granadinas, Antiga e Barbuda e o Equador, com o objetivo de ampliar a integração na América Latina e combater a influência dos Estados Unidos na região. Com relação ao *Tratado de Comércio dos Povos*, de acordo com documentação oficial da Alba-TPC,

“los TCP nacen, para enfrentar a los TLC, Tratados de Libre Comercio, impuestos por Estados Unidos, que conducen al desempleo y la marginación de nuestros pueblos, por la destrucción de las economías nacionales, a favor de la penetración del gran capital imperialista.”<sup>6</sup>

De outra parte, a UNASUL<sup>7</sup>, organização dotada de personalidade jurídica internacional, de natureza intergovernamental, não apresenta mecanismos de discussões supranacionais, e garante a autonomia dos Estados membros. Grosso modo, o organismo tem como objetivo construir um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. De acordo com declaração obtida junto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil<sup>8</sup>, trata-se de um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. O estabelecimento de um mecanismo de Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança pelo *Conselho de Defesa Sul-Americano* constituiu um instrumento valioso para o fortalecimento da estabilidade e de cooperação na América do Sul. Em termos econômicos, por não ter compromissos próprios de integração econômica, a UNASUL acomoda iniciativas subregionais como o MERCOSUL e a CAN.

<sup>5</sup> Em 14 de dezembro de 2004 realizou-se em Havana a Primeira Cúpula da ALBA. O então Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, e o então Presidente do Conselho de Estado de Cuba, Fidel Castro, assinaram a Declaração Conjunta de constituição do projeto de integração. A partir da sétima Cimeira Extraordinária da ALBA, em 24/06/2009, em Ottawa, começou a chamar “Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América”.

<sup>6</sup> Trecho retirado do texto “¿QUÉ ES EL ALBA - TCP?”. Disponível em [http://www.alianzabolivariana.org/que\\_es\\_el\\_alba.php#ancla1](http://www.alianzabolivariana.org/que_es_el_alba.php#ancla1). Acesso em 29/03/2013, às 17h25min.

<sup>7</sup> Formada pelos doze países da América do Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela -, a UNASUL teve o seu tratado constitutivo aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/americado-sul-e-integracao-regional/unasul>; Acesso em 02/04/2013, às 08h15min.

Por iniciativa da diplomacia brasileira, após ampla consulta a todos os países da região, se resolveu fazer a Cúpula dos Países da América Central e do Caribe (CALC)<sup>9</sup>. De acordo com o ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim,

“nunca tinha havido sequer uma reunião, nem de Ministros, quanto mais de Presidentes de toda a América Latina e do Caribe que não fosse patrocinada por alguma potência de fora. Ou seja, a América Latina e o Caribe podiam se reunir com os Estados Unidos, sem Cuba; com Cuba, mas, sem o Caribe, e com Espanha e Portugal, na Ibero-Americana; e ela toda com a União Europeia; mas, não podia se reunir ela toda sozinha. É uma espécie de círculo de giz, uma limitação que nós mesmos nos traçamos. Era como se nós não tivéssemos coragem de assumir o fato de que poderíamos discutir os nossos problemas, sem prejuízo das outras relações.” (AMORIM, 2009; p. 21)

Ainda em sua interpretação, após a CALC, pode-se afirmar a existência de três níveis de integração na região latino americana, como segue: o primeiro nível, refere-se ao Mercosul; o segundo nível, corresponde aos processos na que transcendem o Mercosul; e o terceiro e último nível, inconcluso e, por isso, menos adensado, há o conjunto da América Latina e Caribe, em que se reconhece os diferentes graus de desenvolvimento entre os países. (AMORIM, 2009; p. 26)

### A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

Mediante ao contexto de diferentes projetos de integração regional, a *Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC)* foi criada na “Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe”, encontro realizado na Riviera Maya, México, em fevereiro de 2010. Naquela ocasião, quando se promoveu a discussão sobre *Integração e Desenvolvimento* no âmbito da “II Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC)” e da “XXI Cúpula do Grupo do Rio”, em histórica decisão dos Chefes de Estado<sup>10</sup> e de Governos da região, se decidiu por constituir **um novo mecanismo de concertação política e integração**<sup>11</sup>, que deveria abrigar os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe.

Cabe salientar que, em termos de disposição política, a CELAC assumiu o patrimônio histórico do “Grupo do Rio”<sup>12</sup>; e, em termos de concepção de desenvolvimento e integração regional, herdou o patrimônio da “Cúpula da América Latina e do Caribe” (CALC). Assim sendo, ao final do encontro da II CALC, Raúl Castro, qualificou a criação do novo mecanismo como uma realização de “transcendência histórica” e, à época, afirmou:

<sup>9</sup> I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), Costa do Sauípe, Bahia, 16 e 17 de dezembro de 2008.

<sup>10</sup> *Grupo do Rio Grupo do Rio* (ou Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe), cúpula que desde 1986 reúne anualmente os chefes de Estado da região.

<sup>11</sup> Grifo nosso.

<sup>12</sup> De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, são dezenove parceiros de diálogo com o Grupo do Rio, que devem ser herdados pela CELAC: União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo, China, Rússia, Canadá, Índia, Japão, Coreia do Sul, ASEAN, Israel, Ucrânia, Liga Árabe, G-77, Grupo GUAAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova), CEI, Austrália, EUA e União Africana. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>; Acesso em 08/04/2013, às 22h40min.

“estão dadas às condições de avançar para a constituição de uma organização regional puramente latino-americana e caribenha e que represente as 33 nações independentes da América Latina e do Caribe.”<sup>13</sup>

O ponto de inflexão deste novo organismo, está na sua diferente constituição em relação a “Organização dos Estados Americanos” (OEA)<sup>14</sup>, visto que não prevê, nem parece almejar que os países potências Estados Unidos e o Canadá participem da CELAC.

Preliminarmente, foi possível apurar em nossa pesquisa sobre a *Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)*, que a agenda política do novo organismo chama os países membros ao debate, à formulação de idéias e de propostas para a construção de uma política regional integral antidrogas; bem como convoca a solidariedade internacional para a situação do Haiti; e à reclamação argentina acerca da desmilitarização das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, ocupadas pela Grã Bretanha desde o século XIX. Do mesmo modo, apuramos que, além de não se contrapor às iniciativas ALBA, ao Mercosul e a UNASUL, a CELAC recomenda que os governos latino americanos levem à ONU a discussão sobre a autodeterminação e independência da população de Porto Rico, território “autônomo” dos Estados Unidos.

Os propósitos acima indicados, confirmam que é finalidade da *Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos* Construir uma integração que leve ao desenvolvimento econômico dos países membros; a reafirmação da soberania dos Estados nacionais; e a erradicação da pobreza. Esta concepção de integração, contudo, refere-se à articulação entre países com diferentes dimensões e recursos em termos de matriz energética, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia.

Em meados de 2011, o embaixador da Venezuela em Angola, Jesus Alberto Garcia, declarava que a nova Comunidade almeja demonstrar ao mundo uma outra visão da situação dos países latino americanos e do Caribe. Em suas palavras,

“na África há 54 países e na América do Sul nove países, que constituem uma população de quase dois mil milhões de habitantes, que lutam pela mesma causa e com a constatação de que ambas as regiões podem ser a salvação do planeta. Na América do Sul e África, existem praticamente 90 por cento das reservas energéticas mundiais, o que mostra que a esperança da salvação do planeta está nestas regiões do mundo.”<sup>15</sup>

O documento referente aos procedimentos para o funcionamento orgânico da CELAC, leia-se, o Estatuto do organismo estabelece:

- 1.- Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno;
- 2.- Reunión de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores;
- 3.- Presidencia Pro Témpore;
- 4.- Reunión de Coordinadores Nacionales;
- 5.- Reuniones especializadas;
- 6.- Troika.

<sup>13</sup>Conforme consta, em: *Novo organismo reúne 24 países da região e não conta com a presença dos Estados Unidos e do Canadá*. 23 de fevereiro de 2010.

Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,latino-americanos-e-caribenhos-criam-oea-do-b-em-cancun,514990,0.htm>

<sup>14</sup> Criada em 30 de abril de 1948.

<sup>15</sup>Criação de Comunidade de Estados Latino-americanos em forja. Da agência AngolaPress. Ter, 12 de Julho de 2011 16h38min.

Por ora, indica-se que uma das interfaces de atuação do novo organismo CELAC, refere-se à atuação junto ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Criada em 1975, a organização intergovernamental regional, com sede em Caracas, Venezuela, é composta por 28 países<sup>16</sup> da América Latina e do Caribe, sendo que seu objetivo principal é promover um sistema de consulta e coordenação para organizar as posições e estratégias da América Latina e Caribe, naquilo que se refere ao temas econômicos. Nesse sentido, as atividades relacionadas SELA ocorreram com base na decisão nº 527 do Conselho Latino-americano, que em artigo Único estabelece que,

“la ejecución de su Programa de Trabajo, la Secretaría Permanente del SELA debe otorgar prioridad a las actividades de la CELAC, en particular en consonancia con el Plan de Acción de Caracas 2012 y en estrecha consulta y colaboración con la Presidencia Pro Tempore de la CELAC.”<sup>17</sup>

O documento produzido pela Sela, de número 2-12, aprovado no XXXVIII Conselho Latino Americano, resume as principais atividades desenvolvidas junto a CELAC no período de dezembro de 2011 a setembro de 2012, bem como antecipa as atividades para o ano de 2013. Na leitura do referido balanço, nota-se que, os temas referentes à articulação entre os países da região em diferentes dimensões como a energética, de infraestrutura, de educação, ciência e tecnologia, e quanto ao enfrentamento e superação desses desníveis intra-regional ainda não ocupam a centralidade das discussões. Nota-se que, por enquanto, foi dada ênfase em dois tipos de questões relativamente distintas, mas não excludentes. De um lado, percebe-se preocupação quanto a se reunir para organizar a Agenda e dar encaminhamento aos aspectos de ordem institucional e administrativa da Celac. Fato é que, são vários os registros que apontam para a necessidade de se criar um site autônomo para o organismo, que concentre e ao mesmo tempo divulgue informações. De outro, identifica-se que, até o momento, no âmbito da Comunidade, às questões referentes ao incremento do comércio regional e a cooperação financeira proeminentes. Conforme consta no *Sugerencias para la Acción*,

en su calidad de organismo facilitador para el desarrollo del tema de La dimensión productiva en el marco de la CELAC, la Secretaría permanente há preparado dos estudios analíticos con diagnósticos, líneas de trabajo y de acción sobre las actividades que la región pudiera realizar en relación con esta materia, los cuales remitió a los Estados Miembros del SELA y a la Presidencia Pro Tempore de La CELAC” (Sela, doc. nº 2-12, 2012; p.4)

A Secretaria relaciona no texto apresentado os estudos feitos e que pretenderam identificar:

- a. Las posibilidades de incrementar el intercambio comercial de bienes y servicios entre los países suramericanos, por un lado, y entre los centroamericanos y caribeños, por el otro, los cuales servirán de base a un estudio-diagnóstico que abarque a todas las subregiones y países de la región;
- b. Los estudios e informes de reuniones realizadas en el campo de las relaciones económicas y comerciales de la región con países y agrupaciones de países

<sup>16</sup> Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

<sup>17</sup> SP-CELAC/IIRMORSI/DT N° 2-12. Sela, novembro, 2012.

- extrarregionales, tales como los referidos a las relaciones con China, el Sudeste Asiático, Canadá, la Federación de Rusia y los países del Medio Oriente;
- c. Los estudios de seguimiento y análisis de las relaciones económicas y comerciales entre América Latina y el Caribe y la Unión Europea, y con los Estados Unidos de América;
  - d. Con base en una reunión sobre el tema, un documento analítico sobre El desarrollo de las industrias culturales y creativas para apoyar al país a quien Le corresponda el desarrollo del tema cultural en el marco de la CELAC.

Além dos estudos acima relacionados, a SELA/CELAC informa que em relação ao tema do *Desenvolvimento Produtivo e Industrial*, aconteceu o "Primeiro Encontro entre os mecanismos regionais e sub-regionais de Integração na América Latina e no Caribe ", realizado na sede da Secretaria nos dias 25 e 26 de outubro de 2010. Nessa reunião, discutiu-se sobre a necessidade de iniciar os processos facilitadores da dimensão produtiva da CELAC, destarte, decidiu-se que a agenda de integração produtiva regional deve incluir, entre outros, direta ou indiretamente, os seguintes componentes<sup>18</sup>.

- a) políticas industriais,
- b) políticas de desenvolvimento da agricultura e segurança alimentar,
- c) políticas de energia
- b) políticas para o desenvolvimento da infra-estrutura
- e) políticas de inovação, ciência e tecnologia
- f) políticas para facilitar a logística
- g) políticas desenvolvimento de instrumentos financeiros.

O Relatório<sup>19</sup> indica, igualmente, que com o apoio do Ministério da Comércio, Indústria e Turismo da República da Colômbia e com o apoio da Associação de Zonas Francas das Américas (AZFa), foi realizada na cidade de Cali, nos dias 20 e 21 de setembro de 2012, a I Conferência de Autoridades Governamentais da CELAC. O objetivo do encontro fora discutir a criação de um banco de dados e troca de informações sobre zonas de comércio e setores de atividade na América Latina e no Caribe.

Por fim, tem-se o registro de que a pedido do Governo do Equador, a SELA<sup>20</sup> atualizou o estudo intitulado "A situação recente reforma da arquitetura financeira e monetária internacional e dos progressos na arquitetura monetária e financeira regional na América Latina e no Caribe ", que serviu de base para a Reunião Técnica sobre a "Crise Financeira Internacional e alternativas para enfrentar a partir dos países da América Latina e do Caribe ", que foi realizada em Guayaquil, nos dias 13 e 14 de setembro de 2012. Segundo consta no Relatório (visto que, não tivemos acesso à referida pesquisa), o estudo abordou aspectos relacionados às possibilidades de ampliação e capacidade de financiamento do comércio intra-regional.

### **Considerações finais**

Embora neste ensaio, estejamos nos referindo aos três anos iniciais da CELAC, parece estar mais claro o que significa dizer que a América Latina é uma região diversa, onde os processos de integração devem ser contextualizados para responder às realidades regionais diferentes. Talvez, ainda seja cedo para afirmar que a Celac é o organismo que encontrou o caminho para forjar a unidade latino americana, no entanto, vale ressaltar, pela primeira vez, no pós-Guerra Fria, estamos vendo discussões

<sup>18</sup> SP-CELAC/IIRMORSI/DT N° 2-12. Sela, novembro, 2012.

<sup>19</sup> SP-CELAC/IIRMORSI/DT N° 2-12. Sela, novembro, 2012.

<sup>20</sup> SP-CELAC/IIRMORSI/DT N° 2-12. Sela, novembro, 2012.

e encaminhamentos no âmbito da interação regional que seguem caminhos diretamente opostos aos processos de privatização, liberalização econômica, fragmentação e desorganização da sociedade civil, através da oferta de bens de consumo.

Em relação ao sistema internacional, apesar de permanecer a dinâmica e a lógica da ordem internacional hegemônica, não se pode desprezar o fato de que a *coordenação* conjunta e *concertação* política entre os 33 Estados constituintes da Comunidade atribuiu à região latino americana uma organicidade nada desprezível em termos de diplomacia, estratégia e política. Trata-se de um processo inconcluso, mas em curso, seguramente um ponto de partida.

## Referências

COSTA, Ricardo. **Gramsci e o conceito de Hegemonia**. Cadernos do ICP, n. 1. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.

GILL, Stephen. *Epistemologia, ontologia e a “escola italiana”*. pp. 65-99. In **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Stephen Gill (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro “Inserção Internacional do Brasil”. **Economia e Sociedade**. pp. 1-31. Caderno. No.17. Campinas: 2001

**Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC**. Costa do Sauípe, Bahia, 16 e 17 de dezembro de 2008. (Declaração de Salvador, Bahia)

**REUNIÃO DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CALC**. Montego Bay, 06 de novembro de 2009. (Plano de Ação de Montego Bay)

*Documento: Procedimientos para el funcionamiento orgánico de la CELAC.*

*Documento: SP-CELAC/IIRMORSI/DT N° 2-12. II Reunión de Mecanismos y Organismos Regionales y Subregionales de Integración, 8 al 9 de noviembre de 2012, Santiago, Chile.*

**Ministério das Relações Internacionais** - <http://www.mre.gov.br>

**ALBA**: <http://www.alianzabolivariana.org>